

# **CASA DOS POBRES DE COIMBRA**



## **RELATÓRIO E CONTAS DE GERÊNCIA**

**ANO DE 2025**

**COIMBRA - MARÇO 2026**



## Índice

- 1. Convocatória e Publicação.**
- 2. Assinaturas.**
- 3. Parecer do Conselho Fiscal.**
- 4. Relatório e Contas de Gerência.**
- 5. Anexos.**



## 1. Convocatória e Publicação.



**CASA DOS POBRES DE COIMBRA**  
CONDECORADA COM A MEDALHA DE OURO DA CIDADE  
Fundada em 08/05/1935  
**INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA**  
(Diário da República n.º 35, III Série, de 11/02/1988)

## CONVOCATÓRIA

Para cumprimento da alínea b) do n.º 2 do artigo 28.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral para o dia 27 de março do corrente ano, pelas 11 horas e 30 minutos, na sua sede social, na Rua da Misericórdia – Quinta do Cedro em S. Martinho do Bispo, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º – Discussão e votação do Relatório e Contas da Gerência de 2025, bem como do Parecer do Conselho Fiscal.

2.º – Informações.

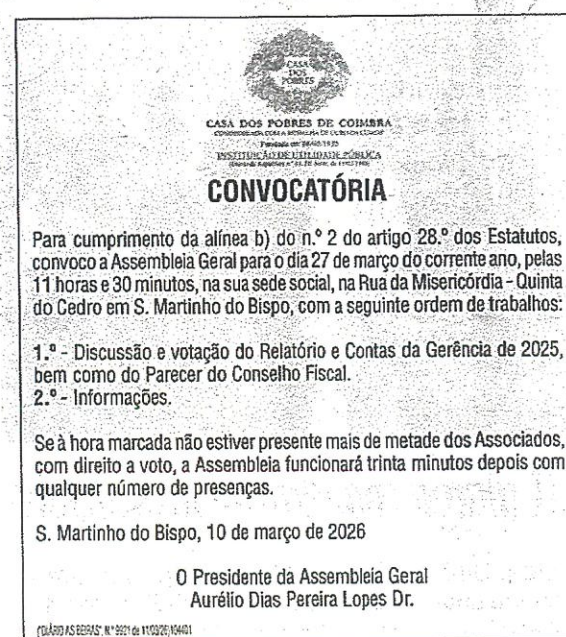
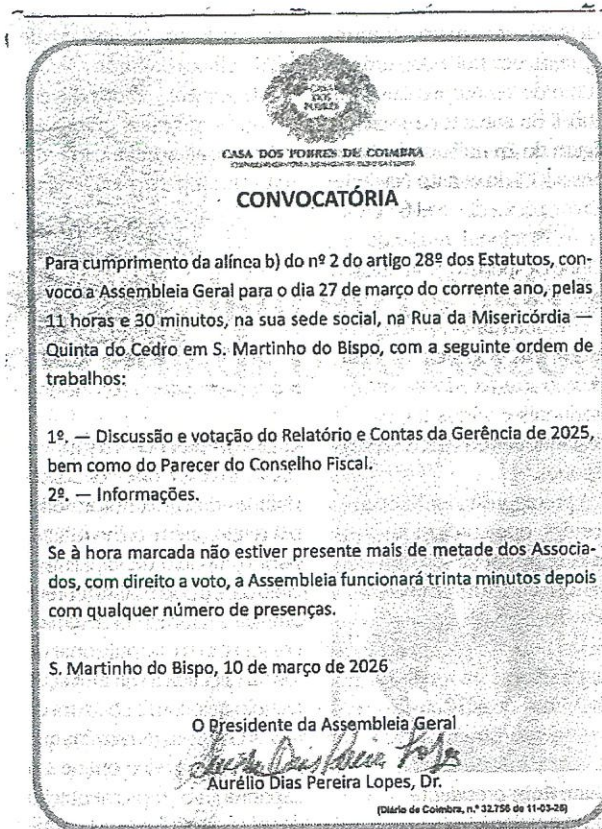
Se à hora marcada não estiver presente mais de metade dos Associados, com direito a voto, a Assembleia funcionará trinta minutos depois com qualquer número de presenças.

S. Martinho do Bispo, 10 de março de 2026

O Presidente da Assembleia Geral

(Aurélio Dias Pereira Lopes, Dr.)







## 2. Assinaturas

*Casa dos Pobres de Coimbra*  
*Rua da Misericórdia - Quinta do Cedro - São Martinho do Bispo 3045-093 Coimbra*  
*Registada como IPSS (DR n.º 35-III Série, de 11.02.1988)*



### A Direção

*Ass: Amadeo Casalvo*

---

*António Patrício*

---

---

---

---

---

---



### 3. Parecer do Conselho Fiscal



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

### Ao Relatório e Contas de Gerência de 2025

Em conformidade com o disposto na alínea c) do Artigo 43º dos Estatutos, foram analisados o Relatório e Contas de Gerência do ano de dois mil e vinte e cinco, que mereceram a concordância deste Conselho e aos quais nos aprez fazer as seguintes considerações:

1 - O ano económico de 2025 revela e confirma, na opinião deste Conselho Fiscal, ter sido gerido não só de acordo com as normas legais aplicáveis, mas também com os princípios de boa gestão que os resultados obtidos confirmam. Com efeito,

- a) A atividade desenvolvida ao longo do exercício teve um total de gastos de 1.185.876,70 euros.
- b) Essa mesma atividade gerou rendimentos no montante de 1.465.865,38 euros.
- c) Esta evolução permitiu um resultado líquido positivo de 279.988,68 euros.
- d) Este resultado positivo deve-se à melhoria havida não apenas numa rubrica, mas em várias, a indiciar mais rigor e maior exigência no governo da Casa dos Pobres de Coimbra, tanto mais que o custo por utente aumentou em 5,88%.
- e) Mais ainda se ao atrás destacado acrescentarmos que o investimento já feito nas obras de ampliação em curso até 31/12/2025, no montante de 1.506.224,52 euros foi integralmente pago através de fundos próprios da Instituição.
- f) Sendo os Gastos com o pessoal a principal rubrica nesta estrutura, destacamos que se tenha registado um aumento de 11.585,78 euros. Aprez-nos destacar este o resultado, na linha aliás de recomendações por algumas vezes assinaladas pelos diversos Conselhos Fiscais da Instituição ao longo dos anos.



2 - Muito importante, diríamos mesmo verdadeiramente decisivo para o futuro da Casa dos Pobres de Coimbra, foi a aprovação da candidatura ao PRR para ampliação das instalações no montante de 2.049.414,16 euros, a par de duas outras candidaturas igualmente aprovadas: 40.000,00 euros para aquisição de uma viatura elétrica; e uma outra no valor de 409.845,01 euros para obras de reabilitação e conservação do atual edificado. Prevê-se para daqui a seis meses a execução final das obras de ampliação em curso.

3 - O Conselho Fiscal concorda com a proposta da Direção no sentido do resultado líquido conseguido, no valor de 279.988,68 euros, se manter na rubrica dos Resultados Transitados.

Em face do exposto. O Conselho Fiscal propõe à Assembleia Geral:

- a) Dar Parecer favorável ao Relatório e Contas de Gerência de 2025.
- b) Um voto de louvor à Direção pelos trabalhos e esforço desenvolvidos.
- c) Reconhecer de igual modo a dedicação e empenho dos funcionários que tão bem têm sabido compreender a nobreza do trabalho que desenvolvem em prol da sociedade mais carente.

Coimbra, 26 de março de 2026

O Conselho Fiscal

Lino Augusto Vinhal, João Cristina dos Reis e Flávio Santos Ferreira



#### 4. Relatório e Contas de Gerência



# RELATÓRIO DE GERÊNCIA

Dando cumprimento às disposições Estatutárias, vem a Direção da Casa dos Pobres de Coimbra, submeter à apreciação dos Associados, o Relatório e Contas de Gerência do exercício de 2025.

Este relatório tem como objetivo permitir uma avaliação por parte dos Associados, do desempenho da Direção no decorrer do ano transato, permitindo igualmente a oportunidade de esclarecer dúvidas e apresentar sugestões.

O presente relatório tem como principais objetivos:

1. Evidenciar os aspetos mais relevantes da atividade financeira da Associação, nomeadamente ao nível do desempenho económico e financeiro, incluindo rendimentos, gastos e tesouraria;
2. Apresentar a situação económica do exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes setores de atividade, designadamente no que respeita ao investimento, endividamento de curto, médio e longo prazo, financiamento externo e condições de funcionamento;
3. Analisar a situação financeira da Associação numa perspetiva patrimonial, com base no balanço e na demonstração de resultados.

Neste contexto, procede-se à análise da execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2025, comparando os objetivos definidos com os resultados efetivamente alcançados.

Cabe-nos também desenvolver mais pormenorizadamente as condições em que se desenrolou o ano de 2025.



Finalmente, concretizámos o objetivo porque temos lutado neste dois últimos anos. O PRR.

Através de compromisso com prazo de execução de obra, foi-nos finalmente aprovada a nossa candidatura para a ampliação das instalações, no montante de 2.049.414,16 €.

Candidatámo-nos também a mais duas medidas, ambas aprovadas: para uma viatura elétrica no montante de 40.000,00 € e para obras de reabilitação e conservação do atual edificado, no montante de 409.845,01 €.

Como plano B, candidatámo-nos a um financiamento no Montepio Geral no montante de 2.000.000,00 €, que nos foi autorizado, mas que só iremos utilizar na medida das necessidades.

Importa esclarecer que a obra de ampliação deu início em 2022 e, por vicissitudes várias, só prevemos a sua execução final dentro de seis meses. O investimento já feito até 31/12/2025 no montante de 1.506.224,52 €, foi integralmente pago através de fundos próprios da Instituição.

Este resultado não seria possível sem a ajuda dos “Amigos” da Casa dos Pobres de Coimbra.

Bem haja a todos!

### AGRADECIMENTOS

No decurso do exercício, a Direção contou com a colaboração e o empenho dos trabalhadores da Instituição, bem como com o apoio dos fornecedores, parceiros, Segurança Social, IEFP, Junta de Freguesia, Câmara Municipal e da comunidade em geral, fatores essenciais para a superação dos desafios enfrentados.

Espera assim, a Direção da Casa dos Pobres de Coimbra com a maior humildade, que os Senhores Associados se revejam nestes documentos,



esperando igualmente merecer a aprovação deste relatório e contas relativo ao exercício de 2025

Coimbra, 23 de março de 2026

A Direção



# ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

## Análise da Estrutura e do Balanço

O Balanço apresenta a posição do património da Associação, referente ao encerramento do exercício estruturando-se através das massas do Ativo e do Passivo, desenvolvidas cada uma delas em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogéneos:

- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos diferidos;
- O Passivo reconhece as obrigações e os rendimentos diferidos;
- Fundos Patrimoniais, é a diferença entre o Passivo e o Ativo.

## Estrutura dos Ativos

A estrutura da Associação, bem como a sua evolução no exercício 2025, face ao balanço final à data de 31/12/2024, é a que a seguir se apresenta:

**Quadro n.º 1**  
Estrutura e Evolução Patrimonial da Associação

Descrição	Exercício 2025		Exercício 2024		Varição
	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo não corrente	3 995 396,47	54,72%	3 179 422,39	72,63%	815 974,08
Existências	2 809,54	0,04%	2 906,88	0,07%	-97,34
Dívidas de terceiros	2 580 487,40	35,34%	60 286,16	1,38%	2 520 201,24
Disponibilidades	718 778,69	9,84%	1 130 502,16	25,82%	-411 723,47
Diferimentos	4 274,34	0,06%	4 435,29	0,10%	-160,95
<b>Ativo</b>	<b>7 301 746,44</b>	<b>100,00%</b>	<b>4 377 552,88</b>	<b>100,00%</b>	<b>2 924 193,56</b>
Fundo Social	6 662 476,42	95,97%	4 115 183,55	98,66%	2 547 292,87
Resultados	279 988,68	4,03%	56 033,70	1,34%	223 954,98
Fundos Próprios	6 942 465,10	100,00%	4 171 217,25	100,00%	2 771 247,85
Dívidas a terceiros - M/L prazo		0,00%		0,00%	0,00
Dívidas a terceiros - curto prazo	348 248,34	96,93%	206 335,63	100,00%	141 912,71
Diferimentos	11 033,00	3,07%	0,00	0,00%	11 033,00
<b>Passivo</b>	<b>359 281,34</b>	<b>100,00%</b>	<b>206 335,63</b>	<b>100,00%</b>	<b>152 945,71</b>

Da análise dos valores apresentados, verifica-se um aumento significativo do total do ativo, que passou de 4.377.552,89 euros em 2024 para 7.301.746,44 euros em 2025, representando um acréscimo de cerca de 2.924.193,56 euros.

Este crescimento resulta essencialmente do aumento do ativo não corrente, refletindo o reforço do investimento da Associação.

Por sua vez, o passivo registou um aumento de cerca de 152.945,71 euros, situando-se em 359.281,34 euros no final de 2025.



Em consequência, verifica-se um reforço significativo dos fundos próprios da Associação, evidenciando uma evolução positiva da sua situação patrimonial e financeira.

A estrutura dos Ativos é a que a seguir se apresenta graficamente sendo que, as variações mais significativas, em termos absolutos, ocorreram no ativo não corrente e nas disponibilidades.

Figura n.º 1

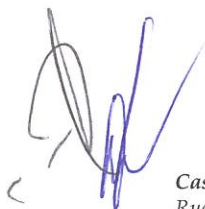



## Estrutura dos Fundos Próprios

Figura n.º 2



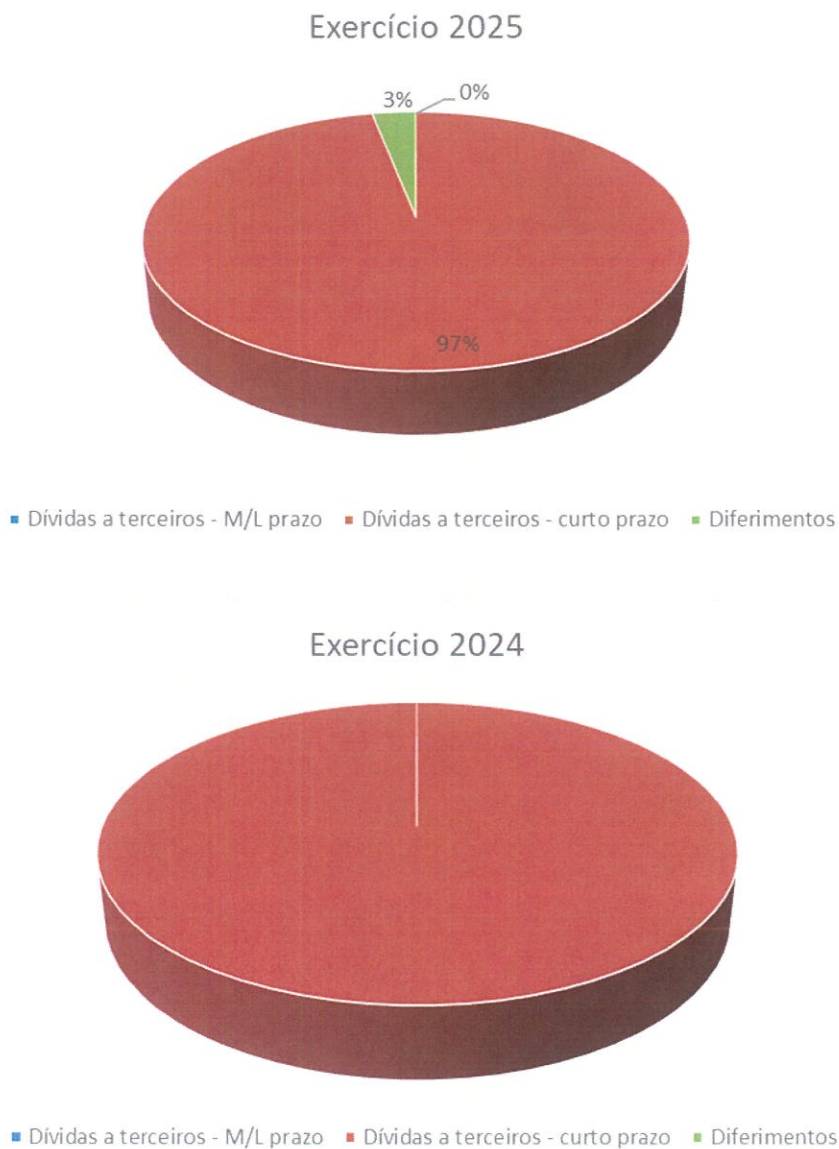
À data de 31 de Dezembro de 2025, os Fundos Patrimoniais da Associação eram de 6.662.476,42€. Os Resultados Líquidos do Exercício situam-se nos 279.988,68 €.



### Estrutura do Passivo

O Passivo da Associação resume-se a duas rúbricas: dívidas a terceiros com 348 248,34 € e diferimentos com 11.033,00 €.

Figura n.º 3



## Demonstração de Resultados

No que respeita à atividade desenvolvida durante o exercício de 2025, a Associação registou um total de gastos de 1.185.876,70 euros e rendimentos no montante de 1.465.865,38 euros.

Desta evolução resultou um resultado líquido positivo de 279.988,68 euros, evidenciando um desempenho económico favorável no período em análise.

Comparativamente ao orçamento, verifica-se um nível de execução superior ao previsto, essencialmente impulsionado pelo aumento das prestações de serviços e outros rendimentos operacionais.

Ao nível da estrutura de gastos, destacam-se os gastos com o pessoal como a principal rubrica, seguidos dos fornecimentos e serviços externos, refletindo a natureza da atividade desenvolvida pela Associação.

**Quadro n.º 2**  
Demonstração de Resultados Executado vs. Orçamentado

Descrição	Exercício 2024		Orçamento 2025		Exercício 2025	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Gastos</b>						
Custo das mercadorias vendidas	97 254,33	9,01%	79 462,67	7,29%	142 839,75	12,05%
Fornecimentos e serviços externos	156 082,08	14,46%	151 369,22	13,89%	197 875,05	16,69%
Gastos com o pessoal	769 853,75	71,30%	793 972,42	72,86%	782 386,64	65,98%
Gastos de depreciação e amortização	54 425,15	5,04%	62 692,16	5,75%	54 080,72	4,56%
Perdas por imparidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Perdas por reduções de justo valor	24,66	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Provisões do exercício	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros gastos e perdas	2 138,97	0,20%	2 232,27	0,20%	8 674,77	0,73%
Gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00%	50,00	0,00%	19,77	0,00%
<b>Total</b>	<b>1 079 778,94</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 089 778,74</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 185 876,70</b>	<b>100,00%</b>
<b>Rendimentos</b>						
Vendas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Prestações de serviços	519 778,97	45,76%	943 971,10	86,30%	1 026 695,40	70,04%
Subsídios, doações e legados à exploraçã	559 549,25	49,26%	99 820,52	9,13%	375 800,63	25,64%
Reversões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	58,15	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	31 665,04	2,79%	34 590,42	3,16%	46 980,08	3,20%
Juros, dividendos e outros rendimentos	24 819,38	2,19%	15 473,77	1,41%	16 331,12	1,11%
<b>Total</b>	<b>1 135 812,64</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 093 855,81</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 465 865,38</b>	<b>100,00%</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>56 033,70</b>		<b>4 077,08</b>		<b>279 988,68</b>	

## Relatório e Contas

Uma análise da estrutura de gastos no exercício de 2025 evidencia que a principal componente corresponde aos gastos com o pessoal, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos, refletindo a natureza operacional da atividade da Associação.

No que respeita aos rendimentos, verifica-se que estes são maioritariamente gerados pelas prestações de serviços, complementadas pelos subsídios à exploração, evidenciando uma estrutura de financiamento mista entre atividade própria e apoios externos.

### Quadro n.º 3 Gastos e Perdas (Executado vs. Orçamentado)

Casa dos Pobres de Coimbra  
Orçamento (Execução) - 2025

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	(valores em euros)			
	Execução 31.12.2024	Orçamento 2025	Execução 31.12.2025	Variação Valor
Gastos e perdas				
61 Custo das mercadorias vendidas	97 254,33	79 462,67	142 839,75	63 377,08
62 Fornecimentos e serviços externos	156 082,08	151 369,22	197 875,05	46 505,83
63 Gastos com o pessoal	769 853,75	793 972,42	782 386,64	-11 585,78
64 Gastos de depreciação e amortização	54 425,15	62 692,16	54 080,72	-8 611,44
65 Perdas por imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
66 Perdas por reduções de justo valor	24,66	0,00	0,00	0,00
67 Provisões do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
68 Outros gastos e perdas	2 138,97	2 232,27	8 674,77	6 442,50
69 Gastos e perdas de financiamento	0,00	50,00	19,77	-30,23
<b>Total Classe</b>	<b>1 079 778,94</b>	<b>1 089 778,74</b>	<b>1 185 876,70</b>	<b>96 097,96</b>

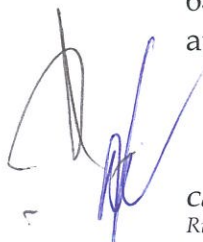
O total de gastos e perdas previstos, em sede de orçamento, para o exercício de 2025 foi de 1.089.778,94 euros. O realizado foi de 1.185.876,70 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio positivo de 96.097,96 euros.

### Quadro n.º 4 Custos das Mercadorias vendidas (Executado vs. Orçamentado)

Casa dos Pobres de Coimbra  
Orçamento (Execução) - 2025

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	GASTOS			
	Execução 31.12.2024	Execução 31.12.2025	Orçamento 2025	Desvio 2025
61 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	97 254,33	142 839,75	79 462,67	63 377,08
612 MATERIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	97 254,33	142 839,75	79 462,67	63 377,08
6121 MATÉRIAS-PRIMAS	97 254,33	142 839,75	79 462,67	63 377,08

A rubrica de custos das mercadorias registou um desvio positivo de 63.377,08 euros, isto é, ultrapassou o orçamentado, muito por força do aumento dos donativos em espécie.



**Quadro n.º 5**  
Fornecimentos e Serviços Externos (Executado vs. Orçamentado)

Casa dos Pobres de Coimbra  
Orçamento (Execução) - 2025

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS GASTOS	Execução 31.12.2024	Execução 31.12.2025	Orçamento 2025	Desvio 2025
<b>62 FORNECIMENTOS E SERV. EXTERNOS</b>	<b>156 082,08</b>	<b>197 875,05</b>	<b>151 369,22</b>	<b>46 505,83</b>
621 SUBCONTRATOS	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>622 SERVIÇOS ESPECIALIZADOS</b>	<b>50 861,32</b>	<b>80 859,14</b>	<b>48 107,10</b>	<b>32 752,04</b>
6221 TRABALHOS ESPECIALIZADOS	10 245,13	23 239,33	10 964,96	12 274,37
6222 PUBLICIDADE E PROPAGANDA	762,60	2 469,86	1 842,93	626,93
6224 HONORÁRIOS	28 061,34	28 681,32	21 680,76	7 000,56
6226 CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	11 044,35	20 796,03	12 930,52	7 865,51
6226 CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO - BENFEITORIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
6227 SERVIÇOS BANCÁRIOS	741,90	5 672,60	677,93	4 994,67
<b>623 MATERIAIS</b>	<b>24 638,98</b>	<b>24 808,44</b>	<b>24 944,60</b>	<b>-136,16</b>
6231 FERRAM. E UTENS. DESG. RÁPIDO	2 386,78	3 916,60	2 515,48	1 401,12
6233 MATERIAL DE ESCRITÓRIO	1 088,56	722,21	993,82	-271,61
6234 ARTIGOS PARA OFERTA	0,00	0,00	100,00	-100,00
6237 MATERIAIS DE LIMPEZA HIGIENE E CONFORTO	15 760,88	16 081,25	15 361,20	720,05
6238 OUTROS	5 402,76	4 088,38	5 974,10	-1 885,72
<b>624 ENERGIA E FLUIDOS</b>	<b>65 423,10</b>	<b>77 631,59</b>	<b>62 055,91</b>	<b>15 575,68</b>
6241 ELECTRICIDADE	22 561,33	23 076,80	18 377,60	4 699,20
6242 COMBUSTÍVEIS	32 707,52	42 141,80	33 599,47	8 542,33
6243 ÁGUA	10 154,25	12 412,99	10 078,84	2 334,15
<b>625 DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES</b>	<b>35,00</b>	<b>31,54</b>	<b>18,03</b>	<b>13,51</b>
6251 DESLOCAÇÕES E ESTADAS	35,00	31,54	18,03	13,51
6252 TRANSPORTES DE PESSOAL	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>626 SERVIÇOS DIVERSOS</b>	<b>15 123,68</b>	<b>14 544,34</b>	<b>16 243,58</b>	<b>-1 699,24</b>
6261 RENDAS E ALUGUERES	4 277,36	4 050,48	4 280,87	-230,39
6262 COMUNICAÇÃO	4 877,91	5 441,11	4 810,07	631,04
6263 SEGUROS	4 691,49	4 527,08	5 942,64	-1 415,56
6265 CONTENCIOSO E NOTARIADO	23,00	26,52	100,00	-73,48
6266 DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	11,82	0,00	100,00	-100,00
6267 LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	0,00	0,00	10,00	-10,00
<b>6268 OUTROS SERVIÇOS</b>	<b>1 242,10</b>	<b>499,15</b>	<b>1 000,00</b>	<b>-500,85</b>

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de fornecimentos e serviços externos ultrapassou o orçamentado em 46.505,83 euros, as rubricas trabalhos especializados e materiais de limpeza foram aquelas que apresentaram maior variação.

**Quadro n.º 6**  
Gastos com pessoal (Executado vs. Orçamentado)

Casa dos Pobres de Coimbra  
Orçamento (Execução) - 2025

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS GASTOS	Execução 31.12.2024	Execução 31.12.2025	Orçamento 2025	Desvio 2025
<b>63 GASTOS COM PESSOAL</b>	<b>769 853,75</b>	<b>782 386,64</b>	<b>793 972,42</b>	<b>-11 585,78</b>
<b>632 REMUNERAÇÕES DO PESSOAL</b>	<b>608 212,20</b>	<b>609 681,22</b>	<b>644 298,34</b>	<b>-34 617,12</b>
6321 VENCIMENTO BASE	487 788,91	498 739,72	515 535,00	-16 795,28
6322 SUBSÍDIO DE FERIAS/SUBSÍDIO DE NATAL	81 051,71	71 269,02	88 528,98	-17 259,96
6323 SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	4 963,00	5 066,00	1 197,27	3 868,73
6324 SUBSÍDIO DE TRANSPORTE	37,24	194,35	10,00	184,35
6325 TRABALHO NOTURNO	11 213,61	13 109,83	11 369,94	1 739,89
6326 DIUTURNIDADES	18 437,55	17 488,02	22 862,00	-5 373,98
6327 SUBSÍDIO DE TURNO	4 230,18	3 324,28	4 375,15	-1 050,87
6328 ABONO PARA FALHAS	490,00	490,00	420,00	70,00
<b>635 ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES</b>	<b>152 760,74</b>	<b>151 494,62</b>	<b>138 441,71</b>	<b>13 052,91</b>
636 SEGUROS DE ACIDENTES TRABALHO	5 088,63	12 455,38	10 232,36	2 223,02
<b>638 OUTROS CUSTOS COM PESSOAL</b>	<b>3 792,18</b>	<b>8 755,42</b>	<b>1 000,00</b>	<b>7 755,42</b>

A rubrica de gastos com pessoal registou um total de 782.386,64 euros e um desvio negativo de 11.585,78 euros.



### Quadro n.º 7 Rendimentos e Ganhos (Executado vs. Orçamentado)

Casa dos Pobres de Coimbra  
Orçamento (Execução) - 2025

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	Execução 31.12.2024	Orçamento 2025	Execução 31.12.2025	Variação Valor
(valores em euros)				
Rendimentos e Ganhos				
71 Vendas	0,00	0,00	0,00	0,00
72 Prestações de serviços	519 778,97	943 971,10	1 026 695,40	82 724,30
73 Variações nos inventários da produção	0,00	0,00	0,00	0,00
74 Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00	0,00
75 Subsídios, doações e legados à exploração	559 549,25	99 820,52	375 800,63	275 980,11
76 Reversões	0,00	0,00	58,15	58,15
77 Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00
78 Outros rendimentos e ganhos	31 665,04	34 590,42	46 980,08	12 389,66
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	24 819,38	15 473,77	16 331,12	857,35
<b>Total Classe</b>	<b>1 135 812,64</b>	<b>1 093 855,81</b>	<b>1 465 865,38</b>	<b>372 009,57</b>

O total de rendimentos e ganhos previstos, em sede de orçamento, para o exercício de 2025 foi de 1.093.855,81 euros. O realizado foi de 1.465.865,38 euros. Relativamente ao orçamento, regista-se um desvio de positivo de 372.009,57 euros.

### Quadro n.º 8 Vendas e Prestações de Serviços (Executado vs. Orçamentado)

Casa dos Pobres de Coimbra  
Orçamento (Execução) - 2025

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	Execução 31.12.2024	Execução 31.12.2025	Orçamento 2025	Desvio 2025
RENDIMENTOS				
72 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	910 717,50	1 026 695,40	943 971,10	82 724,30
721 MENSALIDADES	472 589,97	538 480,83	466 369,41	72 111,42
722 QUOTIZAÇÕES E JOIAS	47 189,00	47 230,77	48 414,84	-1 184,07
727 FAQ 39 - CNC (Complicações)	390 938,53	440 983,80	429 186,85	11 796,95
7271 SEGURANÇA SOCIAL	390 938,53	440 983,80	429 186,85	11 796,95

A rubrica de prestações de serviços registou um total de 943.971,10 euros e um desvio positivo de 82.724,30 euros, isto é, ultrapassou o orçamentado.

### Quadro n.º 9 Subsídios à Exploração (Executado vs. Orçamentado)

Casa dos Pobres de Coimbra  
Orçamento (Execução) - 2025

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS	Execução 31.12.2024	Execução 31.12.2025	Orçamento 2025	Desvio 2025
RENDIMENTOS				
75 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	168 610,72	375 800,63	99 820,52	275 980,11
751 SUBSÍDIOS DOS ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	20 965,14	96 190,81	10,00	96 180,81
7511 SEGURANÇA SOCIAL	20 965,14	96 190,81	0,00	96 190,81
7515 CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA	0,00	0,00	10,00	-10,00
752 SUBSÍDIOS DE OUTRAS ENTIDADES	27 834,40	29 862,32	5 194,45	24 667,87
7521 IEFEP	27 834,40	29 862,32	5 194,45	24 667,87
7522 OUTRAS ENTIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00
753 DONATIVOS (DOAÇÕES) E HERANÇAS	119 811,18	249 747,50	94 616,07	155 131,43
7531 DONATIVOS DIVERSOS C/Benefício Fiscal	18 346,93	75 595,25	20 131,83	55 463,42
7532 DONATIVOS em espécie	29 600,26	75 812,75	11 086,98	64 725,77
7533 DONATIVOS Diversos S/Benefício Fiscal	21 963,02	19 164,50	21 928,06	-2 763,56
7534 DONATIVOS GAFIC	49 900,97	79 175,00	41 469,20	37 705,80

Casa dos Pobres de Coimbra

Rua da Misericórdia - Quinta do Cedro - São Martinho do Bispo 3045-093 Coimbra  
Registada como IPSS (DR n.º 35-III Série, de 11.02.1988)

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de subsídios à exploração ficou acima do orçamentado em 275.980,11 euros.

### Quadro n.º 10 Outros Rendimentos e Ganhos (Executado vs. Orçamentado)

Casa dos Pobres de Coimbra  
Orçamento (Execução) - 2025

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PREVISIONAIS RENDIMENTOS	Execução 31.12.2024	Execução 31.12.2025	Orçamento 2025	Desvio 2025
78 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31 665,04	46 980,08	34 590,42	12 389,66
782 DESCONTOS DE PRONTO PAGAMENTO	37,35	9,03	0,03	9,00
788 OUTROS	31 627,69	46 971,05	34 590,39	12 380,66
7881 CORRECÇÕES EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1 041,15	0,00	1 041,15
7883 IMPUTAÇÃO SUBSÍDIOS INVESTIMENTO	8 000,00	8 000,00	8 000,00	0,00
7885 RESTITUIÇÃO DE IMPOSTOS	11 793,73	22 248,20	14 123,96	8 124,24
7888 OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	11 833,96	15 681,70	12 466,43	3 215,27

Do quadro anterior, constata-se que a rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos ultrapassou o orçamentado em 12.389,66 euros.

### Evolução Previsível da Entidade

A atividade da Entidade no futuro próximo continuará a ser balizada por um contexto económico internacional que, embora resiliente, permanece marcado por uma incerteza moderada. Esta conjuntura é influenciada pela persistência de tensões geopolíticas e pela volatilidade nos mercados de matérias-primas e energia, fatores que exigem uma monitorização constante das cadeias de abastecimento e da estrutura de custos operacionais.

Não obstante estes desafios, as perspetivas para a economia mundial e, especificamente, para a área do euro, apontam para uma trajetória de recuperação gradual. Com o crescimento na região estimado em 1,4% para 2025, a estabilização da inflação e a conseqüente normalização das condições monetárias deverão favorecer a recuperação do consumo e do investimento. Em Portugal, o cenário mantém-se globalmente favorável, com uma previsão de crescimento de 2,1%, sustentada pelo dinamismo do mercado de trabalho e pelo impacto positivo dos fundos europeus, que continuam a ser um motor essencial do investimento produtivo.

Neste enquadramento, a estratégia da Entidade passará por reforçar a sua eficiência operacional e a agilidade na resposta às alterações de mercado. A Administração manterá o foco na otimização de recursos e na transformação digital, visando consolidar a sua posição competitiva e mitigar riscos externos.

Apesar da sensibilidade ao contexto macroeconómico, a Direção realizou uma avaliação exaustiva da posição financeira e das projeções de fluxos de caixa, concluindo que não existem indicadores de impactos negativos que possam comprometer a solvabilidade ou a operação futura. Assim, mantém-se o pleno pressuposto da continuidade das operações na preparação das presentes demonstrações financeiras, não se identificando incertezas





materiais que coloquem em causa a capacidade da Entidade em prosseguir a sua atividade no exercício de 2026.

### **Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 17 de março de 2026, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação em vigor.

### **Informações exigidas por diplomas legais**

A Direção informa que a Casa dos Pobres de Coimbra não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro. Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### **Proposta de aplicação de resultados**

A Casa dos Pobres de Coimbra apresentou um resultado líquido do período positivo no montante de 279 988,68 euros (duzentos e setenta mil, novecentos e oitenta e oito euros e sessenta e oito cêntimos). A Direção propõe que o resultado líquido do período de 2025 seja mantido na rubrica dos resultados transitados.



## Balanço Analítico



Relatório e Contas

Casa dos Pobres de Coimbra

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		2025	2024
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	3 978 591,70	3 163 862,08
Ativos intangíveis	6	1 186,31	-
Investimentos financeiros	7	15 618,46	15 560,31
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		<b>3 995 396,47</b>	<b>3 179 422,39</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	8	2 809,54	2 906,88
Créditos a receber	9	2 491 796,39	34 807,69
Estado e outros Entes Públicos	10	88 691,01	25 478,47
Outros ativos correntes			
Diferimentos	11	4 274,34	4 435,29
Reserva para Ampliação instalações	12	400 000,00	1 000 000,00
Caixa e depósitos bancários	12	318 778,69	130 502,16
Subtotal		<b>3 306 349,97</b>	<b>1 198 130,49</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>7 301 746,44</b>	<b>4 377 552,88</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	13	280 270,73	280 270,73
Reservas	13	151 276,70	151 276,70
Reserva para Ampliação instalações	13	670 000,00	670 000,00
Resultados transitados	2,13	2 172 165,83	2 090 218,78
Excedentes de revalorização	5,13	384 812,30	410 725,65
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	13	3 003 950,86	512 691,69
Resultado Líquido do período		279 988,68	56 033,70
<b>Total do fundo do capital</b>		<b>6 942 465,10</b>	<b>4 171 217,25</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Subtotal		-	-
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14	9 611,67	9 157,10
Estado e outros Entes Públicos	10	18 150,20	16 041,90
Diferimentos	11	11 033,00	
Outros passivos correntes	15	320 486,47	181 136,63
Subtotal		<b>359 281,34</b>	<b>206 335,63</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>359 281,34</b>	<b>206 335,63</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>7 301 746,44</b>	<b>4 377 552,88</b>

Casa dos Pobres de Coimbra

Rua da Misericórdia – Quinta do Cedro - São Martinho do Bispo 3045-093 Coimbra  
Registada como IPSS (DR n.º 35-III Série, de 11.02.1988)



## Demonstração dos Resultados por Natureza



Casa dos Pobres de Coimbra  
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	16	1 026 695,40	519 778,97
Subsídios, doações e legados à exploração	16	375 800,63	559 549,25
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(142 839,75)	(97 254,33)
Fornecimentos e serviços externos	17	(197 875,05)	(156 082,08)
Gastos com o pessoal	18	(782 386,64)	(769 853,75)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor	7	58,15	(24,66)
Outros rendimentos e ganhos	19	46 980,08	31 665,04
Outros gastos e perdas	20	(8 694,54)	(2 138,97)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>317 738,28</b>	<b>85 639,47</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5,6	(54 080,72)	(54 425,15)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>263 657,56</b>	<b>31 214,32</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	21	16 331,12	24 819,38
Juros e gastos similares suportados			
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>279 988,68</b>	<b>56 033,70</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>279 988,68</b>	<b>56 033,70</b>



## Demonstração dos Fluxos de Caixa



Casa dos Pobres de Coimbra  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2025	2024
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		1 024 519,74	528 727,05
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores		(340 260,23)	(251 061,71)
Pagamentos ao pessoal		(774 871,57)	(759 026,27)
Caixa gerada pelas operações		(90 612,06)	(481 360,93)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		504 554,12	467 349,27
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		413 942,06	(14 011,66)
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		(868 217,27)	(269 751,89)
Ativos intangíveis		(1 779,38)	
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos			
Subsídios ao investimento		28 000,00	
Juros e rendimentos similares		16 331,12	24 819,38
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(825 665,53)	(244 932,51)
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-	-
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>			
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	12	1 130 502,16	1 389 446,33
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	718 778,69	1 130 502,16



---

## Anexo



## 1. Identificação da Entidade

---

A Casa dos Pobres Coimbra, fundada a 8 de Maio de 1935, adquiriu o Estatuto de Utilidade Pública em 11 de Fevereiro de 1988. Como IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), sem fins lucrativos, o equipamento social Estrutura Residencial para Idosos, vulgarmente designada por Lar de Idosos. Acolhe cerca de 63 utentes de ambos os géneros, em situação de carência, familiar económica e social. A Instituição iniciou a sua actividade em Instalações localizadas no Pátio da Inquisição, cedidas pela Câmara de Municipal. Em 2001 transitou, com carácter temporário para o imóvel nº 27 da Praça do Comércio, outrora utilizado como pensão. Aguardava-se então, a construção de um Edifício de 3 andares em terreno cedido pela Segurança Social na Freguesia de São Martinho do Bispo. Em 28 Junho de 2011, a Instituição transferiu-se para as novas Instalações. A sua Missão recai na promoção da dignidade da vida Humana, colmatando situações de carência e contribuindo para o bem - estar dos mais desprotegidos.

## 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

---

As Demonstrações Financeiras do exercício de 2025 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).



## Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1. Continuidade:

A Direção procedeu à avaliação da capacidade da Entidade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Instituição continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.



### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos Ativos e Passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo de todo o tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.



A comparabilidade da informação interperíodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

### **3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

#### **3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os Ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos Ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

A rubrica de “edifícios e outras construções” encontra-se mensurada ao justo valor de acordo com o modelo de revalorização de ativos, tomando por base o valor patrimonial tributário de cada um dos imóveis que compõem a rubrica.

Os Ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos Ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada Ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de Ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os Ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os activos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha recta, o qual corresponde a 3 anos.



O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o Ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado Ativo para este Ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão reconhecidos ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é reconhecida como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis devem ser atribuídos custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.4. Patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no Ativo pela quantia realizável.

### 3.2.5. Clientes e outras ativos correntes

As dívidas de “Clientes” e as “Outros ativos correntes” encontram-se reconhecidos pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.





As “Perdas por imparidade” são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

### 3.2.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### 3.2.7. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### 3.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos Ativos após dedução dos Passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### 3.2.9. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.



Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 20% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os



encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC. As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2022 a 2025 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

### **3.2.10. Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

### **3.2.11. Subsídios e outros apoios de entidades públicas**

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Casa dos Pobres de Coimbra cumpre todas as condições para o receber.



Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido estão reconhecidos em balanço numa rubrica “Fundos Patrimoniais” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

### 3.2.12. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa e depósitos ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, nomeadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

### 3.2.13. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.



As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

#### **3.2.14. Eventos subsequentes**

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

#### **3.2.15. Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### **3.2.16. Principais fontes de incerteza**

As estimativas de valores futuros que foram reconhecidos nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Entidade no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e situações equivalentes de outras entidades do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

#### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	689 451,36	-	-	-	-	689 451,36
Edifícios e outras construções	2 080 851,75	1 840,30	-	-	-	2 082 692,05
Equipamento básico	174 752,86	2 717,12	-	-	-	177 469,98
Equipamento de transporte	52 294,23	-	-	-	-	52 294,23
Equipamento administrativo	27 304,23	-	-	-	-	27 304,23
Outros Ativos fixos tangíveis	6 623,26	-	-	-	-	6 623,26
Investimentos em Curso	642 564,67	863 659,85	-	-	-	1 506 224,52
<b>Total</b>	<b>3 673 842,36</b>	<b>868 217,27</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4 542 059,63</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	270 518,27	45 447,58	-	-	-	315 965,85
Equipamento básico	155 415,77	6 862,08	-	-	-	162 277,85
Equipamento de transporte	51 294,23	500,00	-	-	-	51 794,23
Equipamento administrativo	26 647,10	445,24	-	-	-	27 092,34
Outros Ativos fixos tangíveis	6 104,91	232,75	-	-	-	6 337,66
<b>Total</b>	<b>509 980,28</b>	<b>53 487,65</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>563 467,93</b>

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	683 500,71	5 950,65	-	-	-	689 451,36
Edifícios e outras construções	2 058 422,25	22 429,50	-	-	-	2 080 851,75
Equipamento básico	170 850,37	3 902,49	-	-	-	174 752,86
Equipamento de transporte	52 294,23	-	-	-	-	52 294,23
Equipamento administrativo	26 668,73	635,50	-	-	-	27 304,23
Outros Ativos fixos tangíveis	6 623,26	-	-	-	-	6 623,26
Investimentos em Curso	405 730,92	236 833,75	-	-	-	642 564,67
<b>Total</b>	<b>3 404 090,47</b>	<b>269 751,89</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3 673 842,36</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	225 107,50	45 410,63	-	0,14	-	270 518,27
Equipamento básico	148 198,67	7 217,10	-	-	-	155 415,77
Equipamento de transporte	50 794,23	500,00	-	-	-	51 294,23
Equipamento administrativo	25 647,24	999,86	-	-	-	26 647,10
Outros Ativos fixos tangíveis	5 807,35	297,56	-	-	-	6 104,91
<b>Total</b>	<b>455 554,99</b>	<b>54 425,15</b>	<b>-</b>	<b>0,14</b>	<b>-</b>	<b>509 980,28</b>



No seguimento da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 7 – Ativos Fixos Tangíveis que determina que, nos casos em que existam diferenças significativas entre a quantia escriturada segundo o modelo de custo e o justo valor dos ativos fixos, uma entidade pode utilizar o modelo de revalorização, que foi o aplicado para a subrubrica “Edifícios e Outras Construções” (notas 3.2.1 e 14)

## 6. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos indicados, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2025	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2025
<b>Custo</b>						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	6 983,17	-	-	-	-	6 983,17
Programas de Computador	4 936,61	1 779,38	-	-	-	6 715,99
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>11 919,78</b>	<b>1 779,38</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13 699,16</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	6 983,17	-	-	-	-	6 983,17
Programas de Computador	4 936,61	593,07	-	-	-	5 529,68
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>11 919,78</b>	<b>593,07</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12 512,85</b>

	Saldo em 01-Jan-2024	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2024
<b>Custo</b>						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	6 983,17	-	-	-	-	6 983,17
Programas de Computador	4 936,61	-	-	-	-	4 936,61
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>11 919,78</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11 919,78</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	6 983,17	-	-	-	-	6 983,17
Programas de Computador	4 936,61	-	-	-	-	4 936,61
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>11 919,78</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11 919,78</b>

## 7. Participações financeiras - Outros métodos

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

	31/dez/25		31/dez/24	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
CGD - Títulos	1 903,47	0,00	1 845,32	0,00
Acções do Santander Totta	0,67	0,00	0,67	0,00
BPI - Títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras - Fundos FCT	13 714,32	0,00	13 714,32	0,00
	15 618,46	0,00	15 560,31	0,00
Perdas por imparidade acumuladas				
	<b>15 618,46</b>	<b>0,00</b>	<b>15 560,31</b>	<b>0,00</b>

Os movimentos ocorridos nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumento de justo valor”, foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31/dez/25	31/dez/24
Saldo a 1 de Janeiro	0,00	0,00
Reforço	0,00	0,00
Reversão	-58,15	24,66
Regularizações	0,00	0,00
	<b>-58,15</b>	<b>24,66</b>

## 8. Inventários

Em 31 de Dezembro dos períodos indicados a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:





Descrição	Inventário em 01-Jan-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2024	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2025
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 023,59	98 137,62	-	2 906,88	142 742,41	-	2 809,54
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2 023,59</b>	<b>98 137,62</b>	<b>-</b>	<b>2 906,88</b>	<b>142 742,41</b>	<b>-</b>	<b>2 809,54</b>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	97 254,33	142 839,75
Variações nos inventários da produção	-	-

## 9. Créditos a receber

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
<b>Cientes e Utentes c/c</b>	<b>11 272,77</b>	<b>9 097,11</b>
Clientes	-	-
Utentes	11 272,77	9 097,11
<b>Cientes e Utentes títulos a receber</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Cientes e Utentes factoring</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Cientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	9 264,45	4 238,27
Outros Devedores	2 471 259,17	21 472,31
Subsídios a Receber	2 471 259,17	-
Outros	-	21 472,31
Perdas por Imparidade	-	-
<b>Total</b>	<b>2 491 796,39</b>	<b>34 807,69</b>

## 10. Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Casa dos Pobres de Coimbra

Rua da Misericórdia – Quinta do Cedro - São Martinho do Bispo 3045-093 Coimbra  
Registada como IPSS (DR n.º 35-III Série, de 11.02.1988)



Descrição	2025	2024
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	88 691,01	25 478,47
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>88 691,01</b>	<b>25 478,47</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	2 179,75	2 105,25
Segurança Social	15 970,45	13 936,65
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>18 150,20</b>	<b>16 041,90</b>

## 11. Diferimentos

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros	3 988,91	3 560,88
Outros	285,43	874,41
<b>Total</b>	<b>4 274,34</b>	<b>4 435,29</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Prestação Serviços	-	-
Quotas (associados)	-	-
Programas IEFP	10 974,00	-
Programas COESO	-	-
Outras	59,00	-
<b>Total</b>	<b>11 033,00</b>	<b>-</b>

## 12. Caixa e Depósitos Bancários

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Caixa	5 688,75	5 062,89
Depósitos à ordem	313 089,94	125 439,27
Depósitos a prazo	400 000,00	1 000 000,00
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>718 778,69</b>	<b>1 130 502,16</b>

Casa dos Pobres de Coimbra

Rua da Misericórdia - Quinta do Cedro - São Martinho do Bispo 3045-093 Coimbra  
Registada como IPSS (DR n.º 35-III Série, de 11.02.1988)



### 13. Fundos Patrimoniais

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2025	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2025
Fundos	280 270,73	-	-	280 270,73
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	821 276,70	-	-	821 276,70
Resultados transitados	2 090 218,78	77 947,05	-	2 168 165,83
Excedentes de revalorização	410 725,65	-	(25 913,35)	384 812,30
Outras variações nos fundos patrimoniais	512 691,69	2 503 259,17	(8 000,00)	3 007 950,86
<b>Total</b>	<b>4 115 183,55</b>	<b>2 581 206,22</b>	<b>(33 913,35)</b>	<b>6 662 476,42</b>

Descrição	Saldo em 01-Jan-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2024
Fundos	280 270,73	-	-	280 270,73
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	821 276,70	-	-	821 276,70
Resultados transitados	1 972 558,41	117 660,37	-	2 090 218,78
Excedentes de revalorização	436 639,00	-	(25 913,35)	410 725,65
Outras variações nos fundos patrimoniais	499 366,05	21 325,64	(8 000,00)	512 691,69
<b>Total</b>	<b>4 010 110,89</b>	<b>138 986,01</b>	<b>(33 913,35)</b>	<b>4 115 183,55</b>

Na rubrica Resultados Transitados foi considerado a realização do excedente de revalorização do período e o resultado líquido do período findo em 2024.

O aumento verificado na rubrica "Excedentes de revalorizações" respeita à realização do excedente de revalorização (notas 3.2.1 e 5).



#### 14. Fornecedores

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	9 611,67	9 157,10
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
<b>Total</b>	<b>9 611,67</b>	<b>9 157,10</b>

#### 15. Outros Passivos Correntes

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Clientes</b>	-	-	-	-
<b>Pessoal</b>	-	<b>488,37</b>	-	<b>693,85</b>
Remunerações a pagar	-	488,37	-	693,85
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	-	<b>168 489,35</b>	-	-
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	-	<b>132 152,55</b>	-	<b>124 551,39</b>
Remunerações a liquidar	-	129 448,30	-	121 727,75
Outros acréscimos	-	2 704,25	-	2 823,64
<b>Outros credores</b>	-	<b>19 356,20</b>	-	<b>55 891,39</b>
Outros credores	-	19 356,20	-	55 891,39
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>320 486,47</b>	<b>-</b>	<b>181 136,63</b>



## 16. Rédito

Em 31 de Dezembro dos períodos indicados foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2025	2024
<b>Vendas</b>	-	-
<b>Prestação de Serviços</b>	<b>1 026 695,40</b>	<b>519 778,97</b>
Quotizações e Joias	47 230,77	47 189,00
Mensalidades	979 464,63	472 589,97
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>1 026 695,40</b>	<b>519 778,97</b>

Descrição	2025	2024
<b>Subsídios, doações e legados à exploração</b>	<b>375 800,63</b>	<b>559 549,25</b>
Segurança Social	96 190,81	411 903,67
IEFP	29 862,32	27 834,40
Outras Entidades - donativos	249 747,50	119 811,18
<b>Total</b>	<b>375 800,63</b>	<b>559 549,25</b>

De acordo com a FAQ 39 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), o enquadramento contabilístico das participações atribuídas no âmbito dos Acordos de Cooperação entre o Estado e as entidades do setor não lucrativo depende da respetiva substância económica.

Assim, quando a participação mensal atribuída pelo Estado depende da frequência dos utentes e constitui um apoio ao pagamento das respetivas mensalidades (acordos típicos), deve ser reconhecida como rendimento associado à prestação de serviços, sendo registada na conta 72.

Por outro lado, quando a participação é atribuída independentemente da frequência dos utentes, com o objetivo de suportar os custos de funcionamento (acordos atípicos), deve ser reconhecida como subsídio à exploração, na conta 75.

No exercício de 2025, a Associação procedeu ao reconhecimento das participações enquadráveis como acordos típicos na conta 72 - Prestações de Serviços, em conformidade com o referido normativo.



## 17. Fornecimentos e serviços externos

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	80 859,14	50 861,32
Materiais	24 808,44	24 638,98
Energia e fluidos	77 631,59	65 423,10
Deslocações, estadas e transportes	31,54	35,00
Serviços diversos	14 544,34	15 123,68
Rendas e alugueres	4 050,48	4 277,36
Comunicação	5 441,11	4 877,91
Seguros	4 527,08	4 691,49
Contencioso e notariado	26,52	23,00
Despesas de representação	-	11,82
Limpeza, higiene e conforto	-	-
Outros serviços	499,15	1 242,10
<b>Total</b>	<b>197 875,05</b>	<b>156 082,08</b>

## 18. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	610 225,30	608 212,20
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	8 000,00	2 608,00
Encargos sobre as Remunerações	151 494,62	152 760,74
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	12 272,01	5 088,63
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	394,71	1 184,18
<b>Total</b>	<b>782 386,64</b>	<b>769 853,75</b>



## 19. Outros rendimentos e ganhos

A 31 de Dezembro, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Rendimentos Suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	46 980,08	31 665,04
<b>Total</b>	<b>46 980,08</b>	<b>31 665,04</b>

## 20. Outros gastos e perdas

A 31 de Dezembro dos períodos indicados, esta conta encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	3 068,28	1 551,28
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	5 626,26	587,69
<b>Total</b>	<b>8 694,54</b>	<b>2 138,97</b>



## 21. Resultados financeiros

Nos períodos dos períodos indicados foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	16 331,12	24 819,38
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Total</b>	<b>16 331,12</b>	<b>24 819,38</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>16 331,12</b>	<b>24 819,38</b>

## 22. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos dos artigos 208.º e 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 23. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Coimbra, 23 março de 2026



2025

Relatório e Contas

## 5. Anexos

## Casa dos Pobres de Coimbra

## Balancete de Razão

Dezembro / 2025

Data: 25-03-2026

(Valores em Euros) Página: 1 de 1

Conta	Descrição	Acumulado		Saldo	
		Débito	Crédito		
11	Caixa	209 905,30	204 216,55	5 688,75	D
12	Depósitos a ordem	9 552 705,22	9 239 615,28	313 089,94	D
13	Outros depósitos bancários	7 200 000,00	6 800 000,00	400 000,00	D
21	Clientes e Utentes	552 536,69	541 263,92	11 272,77	D
22	Fornecedores	252 365,99	261 977,66	9 611,67	C
23	Pessoal	531 673,76	532 162,13	488,37	C
24	Estado e outros entes públicos	453 103,24	382 562,43	70 540,81	D
26	Fundadores / patrocinadores/ doadores/ associados / membros	47 524,26	47 524,26	0,00	
27	Outras contas a receber e a pagar	4 990 382,77	2 856 821,82	2 133 560,95	D
28	Diferimentos	90 384,84	161 586,71	71 201,87	C
31	Compras	142 910,08	167,67	142 742,41	D
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 906,88	0,00	2 906,88	D
41	Investimentos financeiros	15 560,31	0,00	15 560,31	D
43	Activos fixos tangíveis	3 035 835,11	509 980,28	2 525 854,83	D
44	Activos intangíveis	13 699,16	11 919,78	1 779,38	D
45	Investimentos em curso	1 506 224,52	0,00	1 506 224,52	D
51	Fundos	0,00	280 270,73	280 270,73	C
55	Reservas	0,00	821 276,70	821 276,70	C
56	Resultados transitados	0,00	2 146 252,48	2 146 252,48	C
58	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intan	0,00	410 725,65	410 725,65	C
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	3 011 950,86	3 011 950,86	C
62	Fornecimentos e serviços externos	203 427,86	5 546,40	197 881,46	D
63	Gastos com o Pessoal	844 859,21	35 110,00	809 749,21	D
64	Gastos de depreciação e de amortização	63 688,80	0,00	63 688,80	D
68	Outros gastos	8 674,77	0,00	8 674,77	D
69	Gastos de financiamento	19,77	0,00	19,77	D
72	Prestações de serviços	2 288,78	1 028 984,18	1 026 695,40	C
75	Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	375 800,63	375 800,63	C
78	Outros rendimentos	0,00	38 630,08	38 630,08	C
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	16 331,12	16 331,12	C
81	Resultado líquido do período	56 033,70	56 033,70	0,00	
	<b>Totais</b>	<b>29 776 711,02</b>	<b>29 776 711,02</b>	<b>0,00</b>	
	<b>Saldo Geral</b>				





Casa dos Pobres de Coimbra

Data: 25-03-2026

Balancete de Razão

Reg. Exercício / 2025

(Valores em Euros) Página: 1 de 1

Conta	Descrição	Acumulado		Saldo
		Débito	Crédito	
11	Caixa	209 905,30	204 216,55	5 688,75 D
12	Depósitos à ordem	9 552 705,22	9 239 615,28	313 089,94 D
13	Outros depósitos bancários	7 200 000,00	6 800 000,00	400 000,00 D
21	Clientes e Utentes	552 536,69	541 263,92	11 272,77 D
22	Fornecedores	252 365,99	261 977,66	9 611,67 C
23	Pessoal	531 673,76	532 162,13	488,37 C
24	Estado e outros entes públicos	453 103,24	382 562,43	70 540,81 D
26	Fundadores / patrocinadores/ doadores/ associados / membros	47 524,26	47 524,26	0,00
27	Outras contas a receber e a pagar	5 027 772,13	2 867 246,61	2 160 525,52 D
28	Diferimentos	158 458,06	165 216,72	6 758,66 C
31	Compras	143 010,99	143 010,99	0,00
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	148 660,55	145 851,01	2 809,54 D
41	Investimentos financeiros	15 618,46	0,00	15 618,46 D
43	Activos fixos tangíveis	3 046 073,13	573 705,95	2 472 367,18 D
44	Activos intangíveis	13 699,16	12 512,85	1 186,31 D
45	Investimentos em curso	1 506 224,52	0,00	1 506 224,52 D
51	Fundos	0,00	280 270,73	280 270,73 C
55	Reservas	0,00	821 276,70	821 276,70 C
56	Resultados transitados	0,00	2 172 165,83	2 172 165,83 C
58	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intan	25 913,35	410 725,65	384 812,30 C
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	8 000,00	3 011 950,86	3 003 950,86 C
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	145 750,10	2 910,35	142 839,75 D
62	Fornecimentos e serviços externos	207 636,60	9 761,55	197 875,05 D
63	Gastos com o Pessoal	854 705,27	72 318,63	782 386,64 D
64	Gastos de depreciação e de amortização	64 318,74	10 238,02	54 080,72 D
68	Outros gastos	8 674,77	0,00	8 674,77 D
69	Gastos de financiamento	19,77	0,00	19,77 D
72	Prestações de serviços	2 288,78	1 028 984,18	1 026 695,40 C
75	Subsídios, doações e legados à exploração	0,00	375 800,63	375 800,63 C
76	Reversões	0,00	58,15	58,15 C
78	Outros rendimentos	0,00	46 980,08	46 980,08 C
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	16 331,12	16 331,12 C
81	Resultado líquido do período	56 033,70	56 033,70	0,00
<b>Totais</b>		<b>30 232 672,54</b>	<b>30 232 672,54</b>	<b>0,00</b>
<b>SaldoGeral</b>				

B3M - Information Systems, SA  
processado por computador

Casa dos Pobres de Coimbra

Rua da Misericórdia - Quinta do Cedro - São Martinho do Bispo 3045-093 Coimbra  
Registada como IPSS (DR n.º 35-III Série, de 11.02.1988)



2025

## Relatório e Contas

Casa dos Pobres de Coimbra

Data: 25-03-2026

Balancete de Razão

Resultados / 2025

(Valores em Euros) Página: 1 de 1

Conta	Descrição	Acumulado		Saldo
		Débito	Crédito	
11	Caixa	209 905,30	204 216,55	5 688,75 D
12	Depósitos à ordem	9 552 705,22	9 239 615,28	313 089,94 D
13	Outros depósitos bancários	7 200 000,00	6 800 000,00	400 000,00 D
21	Clientes e Utentes	552 536,69	541 263,92	11 272,77 D
22	Fornecedores	252 365,99	261 977,66	9 611,67 C
23	Pessoal	531 673,76	532 162,13	488,37 C
24	Estado e outros entes públicos	453 103,24	382 562,43	70 540,81 D
26	Fundadores / patrocinadores/ doadores/ associados / membros	47 524,26	47 524,26	0,00
27	Outras contas a receber e a pagar	5 027 772,13	2 867 246,61	2 160 525,52 D
28	Diferimentos	158 458,06	165 216,72	6 758,66 C
31	Compras	143 010,99	143 010,99	0,00
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	148 660,55	145 851,01	2 809,54 D
41	Investimentos financeiros	15 618,46	0,00	15 618,46 D
43	Activos fixos tangíveis	3 046 073,13	573 705,95	2 472 367,18 D
44	Activos intangíveis	13 699,16	12 512,85	1 186,31 D
45	Investimentos em curso	1 506 224,52	0,00	1 506 224,52 D
51	Fundos	0,00	280 270,73	280 270,73 C
55	Reservas	0,00	821 276,70	821 276,70 C
56	Resultados transitados	0,00	2 172 165,83	2 172 165,83 C
58	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intan	25 913,35	410 725,65	384 812,30 C
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	8 000,00	3 011 950,86	3 003 950,86 C
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	145 750,10	145 750,10	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	207 636,60	207 636,60	0,00
63	Gastos com o Pessoal	854 705,27	854 705,27	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	64 318,74	64 318,74	0,00
68	Outros gastos	8 674,77	8 674,77	0,00
69	Gastos de financiamento	19,77	19,77	0,00
72	Prestações de serviços	1 031 272,96	1 031 272,96	0,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	375 800,63	375 800,63	0,00
76	Reversões	58,15	58,15	0,00
78	Outros rendimentos	46 980,08	46 980,08	0,00
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	16 331,12	16 331,12	0,00
81	Resultado líquido do período	1 521 899,08	1 801 887,76	279 988,68 C
	Totais	33 166 692,08	33 166 692,08	0,00
	SaldoGeral			

F3M - Information Systems, SA

processado por computador

Casa dos Pobres de Coimbra

Rua da Misericórdia – Quinta do Cedro - São Martinho do Bispo 3045-093 Coimbra  
Registada como IPSS (DR n.º 35-III Série, de 11.02.1988)



Casa dos Pobres de Coimbra

Data: 25-03-2026

Hora: 14:59:44

Análise de Gastos e Rendimentos

Página: 1 de 1

Ano de 2025

(Valores em Euros)

Gastos		Rendimentos	
61	142 839,75	71	0,00
62	197 875,05	72	1 026 695,40
63	782 386,64	73	0,00
64	54 080,72	74	0,00
65	0,00	75	375 800,63
66	0,00	76	58,15
67	0,00	77	0,00
68	8 674,77	78	46 980,08
69	19,77	79	16 331,12
	1 185 876,70		1 465 865,38
<b>Resultados Líquidos:</b>		<b>279.988,68</b>	

